

**AÇÕES AFIRMATIVAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO:  
uma análise do perfil dos concluintes no curso de ciências econômicas (2006-  
2018)<sup>1</sup>**

**RACIAL AFFIRMATIVE ACTIONS IN BRAZILIAN PUBLIC HIGHER EDUCATION:  
an analysis of the profile of graduates in the economics course (2006-2018)**

**Thalyta Rychelly Teixeira de Lima<sup>2</sup>**

**Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Daniela Lucas<sup>3</sup>**

**RESUMO**

As desigualdades étnico/raciais no Brasil vêm de uma estrutura de exploração e escravidão, atualmente ainda se observam desigualdades e se buscam medidas reparativas. Nesse contexto, surgiram as ações afirmativas, como as cotas de ingresso universitário, que buscam democratizar a entrada dessa parcela social que possui diversos fatores que os deixam em situação desfavorável, como, por exemplo, a renda mais baixa. No atual estudo buscou-se compreender o perfil dos estudantes do curso de Ciências Econômicas, o uso de políticas de ação afirmativa ou inclusão social, assim como políticas de assistência social, como as bolsas permanência e universitárias. A amostra utilizada foi de estudantes que realizarem o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) no ano de 2006, 2009, 2015 e 2018, e uma das questões principais do estudo é compreender a situação dos estudantes pretos e pardos frente a outras etnias e em comparativo com a composição populacional do Brasil. Os resultados obtidos mostram que os pretos e pardos conseguiram mais oportunidades de acesso ao ensino superior nos últimos anos, também sugerem que a Lei das Cotas, sancionada em 2012, proporcionou um maior acesso ao ensino público para essas etnias que apresentam um perfil socioeconômico mais desfavorecido. As políticas de manutenção de estudo também se mostraram como importantes, diante um cenário onde estudantes com renda inferior também possuem mais barreiras para o desempenho acadêmico.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cuja banca de defesa foi composta pelos seguintes membros: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Daniela Lucas; Prof.<sup>o</sup>. Dr. Márcio Miceli Maciel de Sousa; Prof.<sup>a</sup>. Ma. Luciana Araújo Cavalcanti, na seguinte data: 09 de maio de 2023.

<sup>2</sup> Graduando da UFPE

<sup>3</sup> Professora Doutora do Curso de Ciências Econômicas da UFPE

**Palavras-chave:** Inclusão social. Políticas de ação afirmativas. Desigualdades raciais. Cotas.

## **ABSTRACT**

Ethnic/racial inequalities in Brazil come from a situation of exploitation and slavery, currently inequalities are still observed and reparative measures are sought. In this context, affirmative actions emerged, such as university admission quotas, which seek to democratize the entry of this social group that has several factors that leave them in an unfavorable situation, such as lower income. In the current study, we sought to understand the profile of students in the Economic Sciences course, the use of affirmative action or social inclusion policies, as well as social assistance policies, such as permanence and university scholarships. The sample used was of students who took the National Student Performance Examination (ENADE) in 2006, 2009, 2015 and 2018, and one of the main questions of the study is to understand the situation of black and brown students compared to other ethnicities and in comparison with the population composition of Brazil. The results obtained show that blacks and browns have gained more opportunities to access higher education in recent years, also suggesting that the Quotas Law, enacted in 2012, provided greater access to public education for those ethnic groups that have a more disadvantaged socioeconomic profile. Study maintenance policies also proved to be important, given a scenario where students with lower income also have more barriers to learning.

**Keywords:** Social inclusion. Affirmative action policies. Racial inequalities. Quotas

## **1 INTRODUÇÃO**

Define-se Ações Afirmativas (AA) como o planejamento e atuação de ações que visem promover representatividades para determinadas pessoas pertencentes a grupos subordinados ou excluídos (BERGMANN,1996). São exemplos de instrumentos utilizados para equiparar pessoas em situações de desigualdade devido seu sexo, raça ou condição socioeconômica, inclusive no acesso à educação.

A importância da educação no desenvolvimento e crescimento de um país é destacada amplamente pela literatura e por teóricos da economia como Lucas (1988) e Schultz (1973). Estes autores abordam a questão do investimento individual em educação e sua influência sobre a acumulação de riquezas de uma nação.

Em uma série de entrevistas realizadas com economistas brasileiros, condensaram suas falas em um ponto comum: “Duas questões de ordem geral ocupam lugar destacado como condições de sustentabilidade do crescimento: educação e investimentos em ciência e em tecnologia” (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2002, p. 73).

A educação superior é uma das formas de qualificar o capital humano e é fator influente na melhoria de distribuição de oportunidades e renda entre a população. Mello (2007) em um estudo sobre as desigualdades sociais e acesso seletivo ao ensino superior no Brasil, demonstra uma correlação entre a situação social dos indivíduos, rendimento e escolaridade do chefe da família, e as oportunidades de acesso ao ensino superior.

Porém, a quantidade de brancos que possuem o ensino superior completo é 2,52 vezes mais que a quantidade de negros, contrastando com a participação parda e negra do total populacional (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, 2017). Considerando esses dados, nota-se que as dificuldades de acesso ao ensino superior para pessoas com nível de renda baixo, pretos e pardos são relativamente maiores.

Em 2012 o governo brasileiro sancionou a Lei 12.711, denominada Lei das Cotas, que determina que 50% das vagas de instituições devem ser reservadas para entradas por cota, se enquadrando aqui as instituições de ensino superior vinculadas ao Ministério da Educação (MEC) e federais de ensino técnico de nível médio (BRASIL, 2012), esta foi uma medida para promover maior representatividade nas universidades brasileiras de pessoas pertencentes a grupos sociais vulnerabilizados.

Até então, as universidades públicas eram majoritariamente ocupadas por estudantes de famílias com níveis mais altos de renda. Observando dados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano de 2015 é possível identificar que quanto maior o nível de renda, maior é a nota apresentada pelo aluno (INEP, 2017). Neste cenário os principais prejudicados são os estudantes pardos ou pretos, já que representam a maioria da parte dos brasileiros com os menores rendimentos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2018).

A Lei de Cotas levanta opiniões divergentes acerca do tema. Enquanto militâncias de causas sociais e raciais, bem como alguns estudiosos sobre o tema, defendem a aplicação da política de cotas no Brasil, (OLIVEIRA; COSTA, 2015), há também quem levanta o questionamento sobre o uso desta ferramenta como a melhor

alternativa para alcançar-se uma melhor igualdade de oportunidades entre os diferentes conjuntos sociais no acesso à educação superior (MOEHLECKE, 2002).

Independentemente dos posicionamentos contrários, o Ministério da Educação estabeleceu em seu plano de metas em 2011 que o principal objetivo para o ensino superior é “ampliar e democratizar o acesso à educação superior de qualidade”, promulgando a mencionada Lei das Cotas em 2012 (BRASIL, 2018).

Esta pesquisa se propõe a analisar o perfil dos estudantes, possibilitando compreender como é o perfil dos contemplados pelas políticas de cotas raciais nas universidades públicas federais brasileiras. Para isso, foram utilizados os dados disponibilizados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) dos anos de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018, considerando o curso de Ciências Econômicas. A escolha dos anos dos dados se deu por serem as notas disponíveis do Enade para Economia, sendo este o curso da autora e de interesse para pesquisa.

O trabalho se compõe da seguinte forma. Primeiramente, fez-se necessário realizar a revisão de literatura (Capítulo 2), debruçando-se sobre as questões raciais no Brasil, sua origem e fatores de influência, seguido de referências literárias que tratam das cotas. Os métodos e metodologia utilizados na pesquisa (Capítulo 3). Posteriormente, será realizada uma análise exploratória dos dados (Capítulo 4), onde busca-se compreender as relações existentes entre as questões de interesse, considerando o cerne do objetivo do Ministério da Educação em promover a democratização do acesso aos cursos de graduação públicos, delimitado para este estudo o curso de Ciências Econômicas. Por fim, têm-se as Considerações Finais (Capítulo 5).

## **2. DE ONDE VEM A DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL?**

Teorias raciais no século XIX traziam a ideia de que desigualdades entre as pessoas estavam ligadas a diferenças inatas, características biológicas, hereditárias, psíquicas, intelectuais e morais (GUIMARAES, 2004). Entretanto, há evidências que demonstram que as desigualdades enfrentadas pelo negro são estruturais, não biológico-estruturais e, para Pena e Bartolini (2004), são consequências de situações sociais, históricas e contemporâneas, inclusive ligadas a economia, educação e política.

Hofbauer (2006), afirma que, quando se trata das palavras como “africano”, “afro-brasileiro”, “afrodescendentes” ou “negro” surge a inevitável associação à

escravidão, porém, esclarece o autor, é importante compreender que tais termos não nasceram juntos, essas associações são resultados de duas longas histórias que se conectaram em um determinado contexto socioeconômico e até hoje refletem as relações raciais no país.

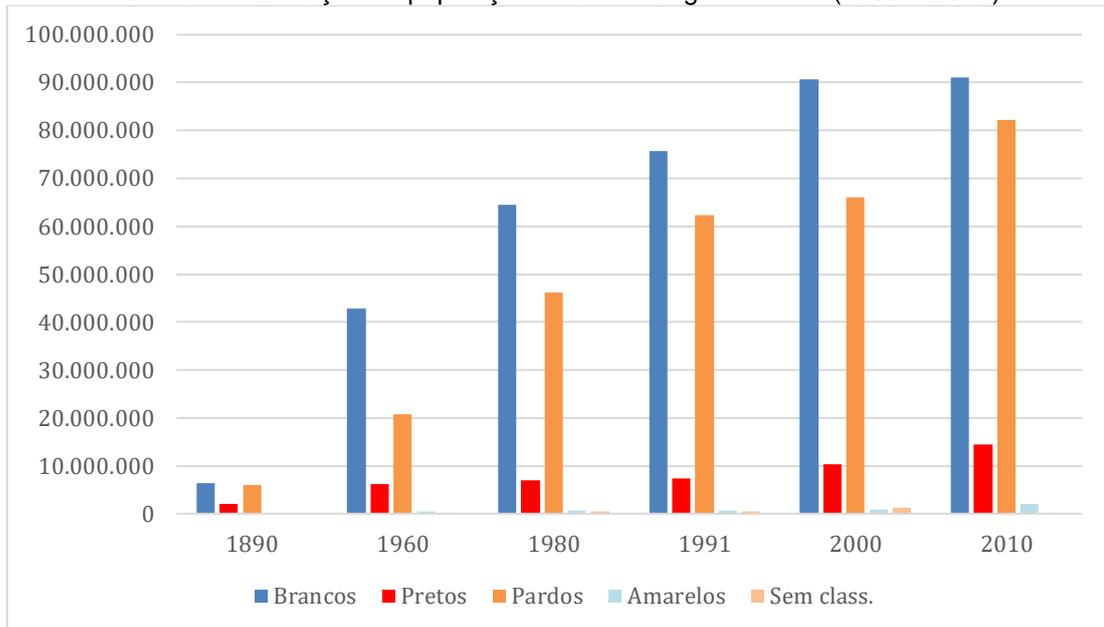
Somado a este pensamento, o renomado sociólogo, autor de diversas obras acerca da colocação do negro na sociedade, Ianni (2005), afirma que compreender as reivindicações sociais, econômicas, políticas e culturais do negro - a exemplo das Ações Afirmativas Raciais que tiveram suas solicitações a partir de movimentos negros em 1980 - nos levam, *à priori*, a entender seu papel na formação da sociedade brasileira, bem como sua atuação nos moldes e transformações sociais.

O Brasil hoje é o segundo país que possui a maior população negra no mundo, herança por ser o maior território escravista no ocidente por mais de três séculos, chegando a receber quase 5 milhões de africanos (GOMES, 2019). Ainda segundo o autor, no século XVI, um engenho utilizava entre 100 a 150 escravos, o que colocava os escravos como quase metade do patrimônio da propriedade.

Entretanto, no caso da formação da sociedade brasileira, não apenas a escravidão influenciou diretamente para a discriminação racial e as consequentes desigualdades de acesso a oportunidades entre negros e brancos, como também a forma que ocorreu a abolição da escravatura, Florestan Fernandes (2008), em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, relata que o fim do sistema escravocrata poupou os senhores de engenhos, Estado e Igreja de responsabilidade sobre os recém-libertos, que sem meios materiais, de repente se viram responsáveis por si e pelos seus dependentes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no livro publicado em comemoração aos 500 anos de povoamento do território brasileiro, trouxe uma ênfase a contribuição dos diversos grupos étnicos na ocupação do país, inclusive, demonstrando a evolução da população negra entre os anos de 1890 a 1991 (Gráfico 1):

Gráfico 1 - Evolução da população brasileira segundo a cor (1890 a 2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de Reis (2000), Petrucelli (2002), IBGE (2010)

Observa-se que no ano de 1890, período pós-abolição, a população negra e parda já representava mais da metade da população nacional, porém, essa proporção não se refletia no mercado de trabalho. Essa discrepância perdura até hoje. Jorge Andrews (1998), relata que a maioria dos empregados nos diversos setores eram imigrantes brancos, restando apenas ocupações subalternas para o grupo populacional da cor preta e parda.

Considerando a cidade de São Paulo, em 1893 constata-se no censo que a mão de obra estrangeira, imigrantes, se configurava da seguinte maneira, dominando os setores: 72% do comércio, 79% dos empregados das fábricas, 81% do setor de transportes e 86% dos artesãos. Já em 1902, estimava-se que mais de 90% da mão de obra do setor industrial era estrangeira. Em 1913, estimava-se que 80% da força de trabalho do setor de construção era italiana. E em 1912, 33 indústrias têxteis do estado paulistano se configuravam com mais de 80% dos trabalhadores de origem estrangeira, a preferência no mercado de trabalho por europeus e euro-brasileiros afetava diretamente os afro-brasileiros na época (ANDREWS, 1998, pag. 111-113).

De acordo com o informativo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, elaborado pelo IBGE (2019), dois terços da população fora da força de trabalho eram identificados como pretos ou pardos e tal contingente não era melhor se considerarmos o nível de instrução, já que a taxa de subutilização da força de trabalho

também é composta majoritariamente por pardos ou negros e isso independe do nível de escolaridade.

Estatísticas divulgadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2020 expõem que 75,8% do total de vítimas de mortes violentas intencionais são negras, o relatório aponta, sem aprofundamento, que existe uma correlação entre a discriminação racial e a proporção de vítimas de violência letal, pois “os negros são 56% da população brasileira, ‘e’ continuam a representar, ano após ano, pelo menos 70% do total de vítimas de mortes violentas no país” (BARROS, 2021, pág. 39).

O Atlas de Violência do ano de 2021 evidencia que quanto ao gênero feminino, considerando o ano de 2019, as mulheres negras representam o risco relativo 1,7 vezes maior de serem assassinadas em detrimento de uma mulher não-negra. É possível observar que, embora a taxa geral de feminicídio tenha regredido (Figura 1), essa redução aconteceu entre os últimos anos da análise, considerando que se utilizou a mesma metodologia de avaliação nos anos verificados (CERQUEIRA et al., 2021).



Fonte: adaptado de Cerqueira et al. (2021)

A partir da Figura 1 percebe-se que inicialmente o feminicídio entre as mulheres negras cresceu, posteriormente havendo uma oscilação entre quedas e subidas. Já o feminicídio entre as mulheres não negras mostra uma taxa com comportamento mais acentuado. Comparando os anos iniciais (2009) e finais (2019), entre as mulheres negras houve uma redução de 16% na taxa de homicídios, enquanto entre as não negras a redução foi de 24%.

A atuação negra no Brasil converge para um cenário de discriminação racial em diversos campos, enquanto está super-representada em indicadores de violência, o inverso é visto em indicadores de renda e educação. Segundo as informações disponíveis pela Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018) em 2017, por faixa de renda, 75,2% dos indivíduos com os 10% menores rendimentos eram pretos ou pardos.

Em 2018, a taxa de representação de pessoas consideradas pobres era de 15,4% entre as pessoas brancas e 32,9% entre os pretos e pardos e essa proporção para indivíduos da raça ou cor preta e parda permanecia menor quando se tratava de condições de moradia, nos quesitos: “sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca)” (IBGE, 2019, p.5).

O Brasil tem 46,7% autodeclarados pardos e 8,2% pretos o que corresponde a mais da metade da população total, os outros 44,2% se autodeclararam brancos (Agência de Notícias IBGE, 2017). Entretanto, os dados de escolaridade não demonstram uma representatividade semelhante. Embora mais da metade da população brasileira se autodeclarem parda ou negra, dos indivíduos de cor preta, 14,7% não possuíam instrução, já as pessoas de cor branca representavam a metade deste percentual, 7,30% (Agência de Notícias IBGE, 2017).

Quanto aos números do ensino superior, existe uma relação oposta, a quantidade de brancos que possuem o ensino superior completo é 2,52 vezes maior que a quantidade de negros, contrastando com a participação parda e negra do total populacional. Considerando esses dados, nota-se que as dificuldades de acesso ao ensino superior para pessoas com nível de renda baixo, pretos e pardos são relativamente maiores que as encontradas pelos brancos, e é neste cenário que entra a atuação de políticas públicas que busquem reduzir essas discrepâncias, utilizando-se de ferramentas diversas, a exemplo das Ações Afirmativas.

## **2.1 AÇÕES AFIRMATIVAS: CONTEXTUALIZAÇÃO E ORIGENS**

As Ações Afirmativas têm origem nos Estados Unidos e representam uma alteração na forma que o Estado conduz políticas públicas, até então, em uma conjectura de neutralidade, não considerando fatores de discriminação entre os

indivíduos quanto a raça, sexo, cor e origem, nesta nova postura governamental, o formulador de políticas considera esses fatores em suas ações (GOMES, 2007).

Em 1972, o governo dos Estados Unidos implementa a Ação Afirmativa por meio da Lei da Oportunidade Igual no Emprego, onde estabelecia que todas as empresas públicas ou com vínculos com o governo federal deveriam inculcar metas para contratação de pessoas em grupos considerados minorias em relação à representatividade nas diversas áreas (MONTEIRO, 2021).

No Brasil, o debate iniciado no ano de 2000 sobre o tema e discutido vastamente nos anos subsequentes, levou a criação e sanção da Lei 12.711 no ano de 2012, a chamada Lei das Cotas, que viabiliza uma Ação Afirmativa que torna compulsório às Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação e às instituições federais de ensino técnico de nível médio a reserva de 50% de suas vagas para as cotas, entre elas as compassivas à raça (BRASIL, 2012).

Mas afinal, o que é uma Ação Afirmativa? Há diversos conceitos referenciando-as, podemos pontuar o entendimento da economista norte-americana Barbara Bergmann (1996) de que ações afirmativas são uma forma de planejamento e atuação no sentido de promover representatividades para determinadas pessoas pertencentes a grupos subordinados ou excluídos.

Considerando o dicionário Merriam-Webster (2010), a definição das Políticas de Ações Afirmativas (PAAs) são descritas como um empenho ativo destinado a minorias com objetivo de que estas possam ascender na sociedade através de oportunidades via políticas direcionadas, principalmente compassivas à raça. Quanto às características das ações afirmativas, Daflon, Junior e Campos (2013) abordam a prevenção à discriminação de um grupo passível ao tratamento distinto pela sua cor, raça ou renda, a sair do caráter unicamente punitivo de políticas antidiscriminatórias, a trazer possíveis melhorias na condição de vida destes indivíduos.

O cerne do direito à igualdade quando trata de eliminar discriminações, como visto na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, direciona-se para duas soluções: a) a repressivo-punitiva (que busca proibir/eliminar a discriminação racial) e b) a promocional (referente a promover a igualdade) (GOMES, 2007), este último viés abraçado pelas Ações Afirmativas.

Quanto à característica de reparação, Santos *et al.* (2008), afirmam que a adoção de ações afirmativas pelo Estado tem o intuito não apenas de reparar danos atuais, mas agravos que persistem desde a escravidão, a ter como uma de suas metas

o multiculturalismo social que busca a convivência com as diferenças. Concretização da igualdade de oportunidades, além de transformações de ordem cultural, psicológica e pedagógica se encontram entre os objetivos das Ações Afirmativas, buscando retirar do comportamento social a ideia de supremacia racial (GOMES, 2007).

Daflon, Júnior e Campos (2013) ainda definiram que as Ações Afirmativas visam diminuir desigualdades, não só no âmbito educacional, mas também atendendo a reivindicações populares ligadas a distribuição de terras, moradia e segurança, necessárias a grupos pelo estilo de vida ou identidade política em que se enquadrem.

Cardoso (2008) reunindo colocações de autores como Cavalleiro (2005) e Gomes (2005), pontuou que as Ações Afirmativas no Brasil têm como principal objetivo: combater o racismo na educação brasileira através de ações concretas; alavancar a representatividade de diversos grupos sub participativos no mercado de trabalho; criar possibilidades para ascensão de pessoas negras que seriam referência de prestígio e exemplo da efetividade da mobilidade social para jovens pertencentes às minorias; e retirar o conceito arraigado na percepção da sociedade brasileira da existência de uma supremacia de uma raça em detrimento de outra.

## **2.2 AÇÕES AFIRMATIVAS E O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: LEI DE COTAS**

A educação superior é uma das formas de qualificar o capital humano e é fator influente na melhoria de distribuição de oportunidades e renda entre a população. Porém, o acesso às universidades, pelos mais diversos grupos populacionais, é bastante desigual. Mello (2007) em um estudo sobre as desigualdades sociais e acesso seletivo ao ensino superior no Brasil, demonstra uma correlação positiva entre a situação social dos indivíduos, rendimento e escolaridade do chefe da família, e as oportunidades de acesso ao ensino superior. Além disso, demonstrou-se que há uma maior dificuldade de pessoas com baixa renda conseguirem ingressar na Universidade.

O ensino superior público brasileiro no século passado era considerado de elite, portanto, tinham acesso os jovens que se formavam no ensino básico nas melhores e mais caras escolas privadas. Já que o método de entrada era a livre concorrência, ficavam com as vagas os indivíduos com as melhores formações, neste cenário, via-se uma desigualdade nas oportunidades de acesso ao ensino superior público de

qualidade pelos mais distintos grupos socioeconômicos e um dos grupos em maior desvantagem era a população negra, pobre e discriminada (GUIMARÃES, 2008).

No início do século XX, segundo Gonçalves e Silva (2000), o movimento negro não se dirigia ao Estado como responsável pela educação da população negra, mas se autorresponsabilizavam pela alfabetização de suas crianças, jovens e adultos, só no fim da década de 1940 que os moldes do movimento mudaram para um caráter mais acadêmico, crítico e cobrador de políticas de acesso à educação para os negros e negras do Brasil, a exemplo de Ações Afirmativas.

Silva (2017) apontou que até 2000, quando se iniciaram maiores pressões por políticas de Ações Afirmativas que trouxessem efetivamente melhores oportunidades de entrada ao ensino superior por grupos sub representados como os negros, não haviam pesquisas que mostrassem a presença da população afrodescendente nas escolas e universidades.

A Coleção Educação para Todos, lançada pelo Ministério da Educação (SANTOS, 2005) trouxe a reflexão histórica das ações afirmativas no Brasil, ela descreve que em resposta ao convite emanado das Nações Unidas em 2000 para participar da Conferência de Durban contra o racismo que ocorreu efetivamente em 2001, o governo brasileiro demonstrou interesse sobre as causas raciais internas, realizando pré-conferências temáticas regionais pelo Brasil, e manifestou-se oficialmente sobre as relações sociorraciais existentes no país, assumindo compromisso no combate ao racismo nesta Conferência, a incluir a pauta na agenda da administração pública federativa.

Após a Conferência de Durban em 2001, a discussão ampliou-se pela mídia, estendendo-se à massa da sociedade brasileira. O cerne do problema concentrou-se na proposta de cotas de acesso ao ensino superior sensíveis à raça, pela qual se discutiu de intelectuais à representantes dos movimentos sociais negros, jornalistas à políticos, sobre o favorecimento, ou não, à população negra no ingresso à educação de nível superior através do incentivo de cotas. Entre concordantes e discordantes da proposta do Governo Federal, o levantamento serviu para que as causas alusivas à raça entrassem nos objetivos políticos das autoridades brasileiras (SANTOS, 2005).

Em 2000 foi sancionada a Lei, pelo então governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho, que determinava que, 50% das vagas do ensino superior público fossem oferecidas a indivíduos provenientes do ensino básico público estadual (VALENTIM, 2012). No início da aplicação das ações afirmativas no ensino superior do Brasil, as

universidades do Rio de Janeiro, UERJ e UENF, foram vanguardas na adoção desta política orientada à raça, reservando 40% das vagas totais para a população negra e parda (GUIMARÃES, 2003).

Em 2003 o vestibular nas universidades supramencionadas tinham 90% das vagas direcionadas ao sistema de cotas, a partir disto, criou-se uma discussão em âmbito estadual, criando-se Leis que instituíam: 20% das cotas para pessoas vindas de escola pública, mais 20% para a população negra e 5% para alunos com deficiência, indígenas, filhos de policiais, de bombeiros militares, de inspetores de segurança e da administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço, todos obedecendo ao critério de baixa renda (DAFLON, JUNIOR E CAMPOS, 2013).

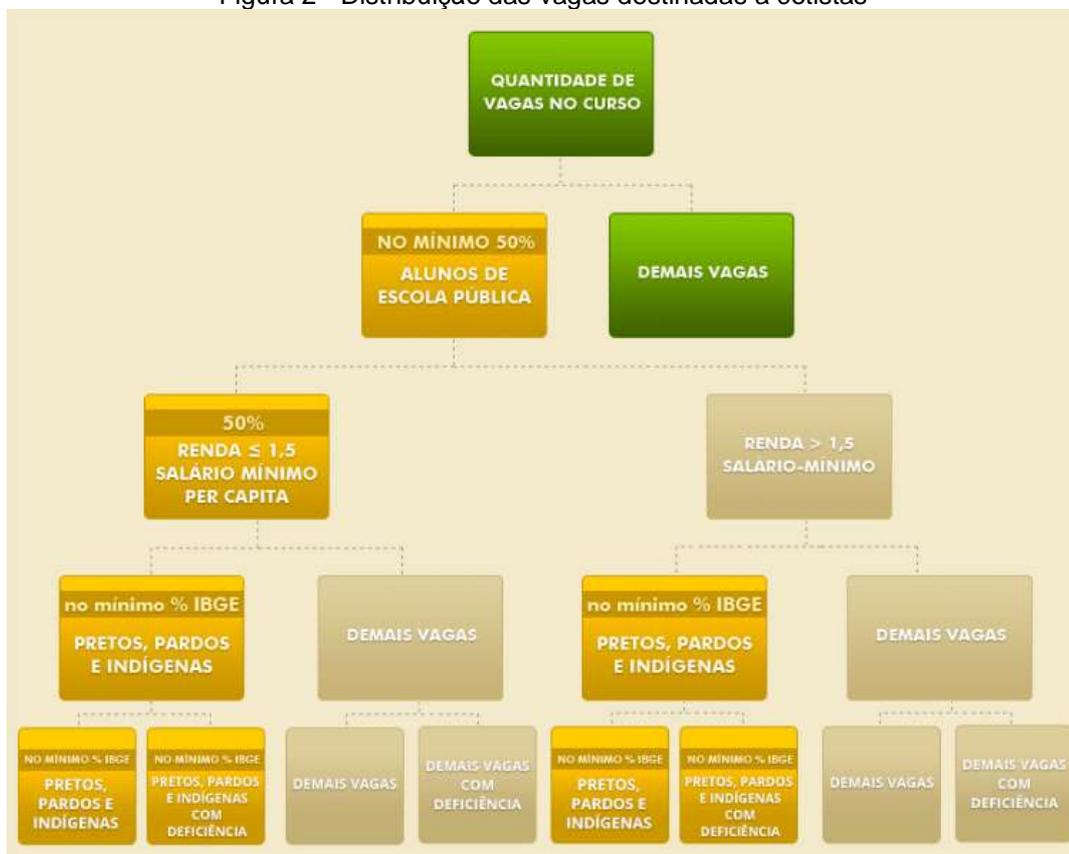
Apenas em 2012 o governo brasileiro sancionou a Lei 12.711, denominada Lei das Cotas, que abrangia toda a unidade federativa, que determina que “Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação e as instituições federais de ensino técnico de nível médio devem reservar 50% de suas vagas para as cotas”, foi uma medida para promover maior representatividade nas universidades brasileiras de pessoas pertencentes a grupos sociais considerados vulneráveis.

Até então, as universidades públicas eram majoritariamente ocupadas por estudantes de famílias com níveis mais altos de renda. Observando dados do Exame Nacional do Ensino Médio do ano de 2015 é possível identificar que quanto maior o nível de renda, maior é a nota apresentada pelo aluno (INEP, 2017). Neste cenário os principais prejudicados são os estudantes pardos ou pretos, já que representam a maioria da parte dos brasileiros com os menores rendimentos (IBGE, 2018).

O Censo do Ensino Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019) apresentou que os alunos que entraram em algum curso de graduação no ano de 2017 pelo programa de reserva de vagas, 27,8% provinham da cota étnica, sabendo-se que as reservas de vagas no Brasil para acesso ao ensino superior divide-se em: cotas para alunos de escola pública; cotas para pessoas de baixa renda, que contempla alunos de famílias que tenham renda per capita de até 1,5 salários mínimos; e cotas de ação afirmativa que abrangem a população autodeclarada negra, parda ou indígena, entre outras como as destinadas a pessoas com deficiência, quilombolas ou cotas para determinada região geográfica (MEC, 2019).

O percentual de vagas destinadas à cada grupo de cotistas se dispõe da seguinte forma: 50% devem ser destinadas a indivíduos que estudaram em escola pública e possuem renda bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, enquanto os outros 50% se destinam a estudantes de escola pública com renda maior que 1,5 salário mínimo; ainda dentro desses grupos se destina uma porcentagem de acordo com a etnia e a configuração de pretos, pardos e indígenas do estado de acordo com o último censo demográfico do IBGE (MEC, 2012). Isso pode ser melhor visualizado na Figura 2:

Figura 2 - Distribuição das vagas destinadas a cotistas

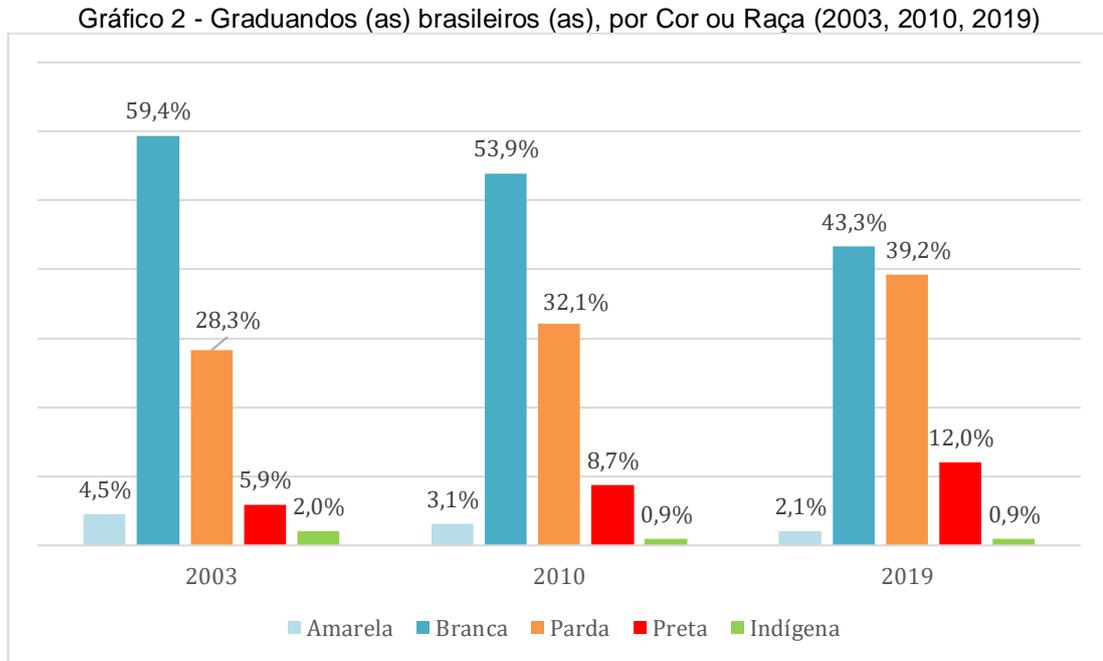


Fonte: MEC (2012)

A partir da Figura 2 é possível visualizar de modo mais claro como se distribuem as vagas por cota, cabe ainda colocar que as instituições têm liberdade para estruturar algumas vagas de acordo com premissas particulares, por exemplo, em locais onde há maior porcentagem de indígenas é possível estabelecer critérios específicos dentro das vagas disponíveis para etnias (MEC, 2012).

A importância das Ações Afirmativas, no caso brasileiro representado pela Lei de Cotas, é confirmada através de dados que apresentam a evolução da

representação dos negros no Ensino Superior do país, antes e após a aplicação da política de cotas, segundo a V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras (ANDIFES; FONAPRACE, 2019), demonstradas no Gráfico 2:



Fonte: Autoria própria a partir dos dados da Andifes e Fonoprace (2022)

Os dados disponibilizados pela Andifes e Fonoprace (2019), apresentados no Gráfico 2, apresentam uma melhoria na representatividade dos pardos e negros nas universidades públicas federais, se considerarmos os resultados encontrados em 2003 e 2018, infere-se o dobro da participação de pretos e pretas, que em 2003 era de 5,9% e em 2018, 12%. Quanto a população autodenominada parda, houve um aumento em 11 pontos percentuais entre os anos mencionados, sendo 28,3% e 39,2%, respectivamente.

Cardoso (2008) em sua tese acerca dos Efeitos das Políticas de Cotas na Universidade de Brasília: Uma Análise do Rendimento e Evasão, apresentou que o índice de desistência dos cursos por alunos cotistas e não cotistas apresentavam o mesmo comportamento, menores rendimentos, maiores volumes de abdicação das vagas, enquanto maiores rendimentos acadêmicos ocasionavam em menores incidências de evasão.

### 2.3 AÇÕES AFIRMATIVAS E A DISCUSSÃO NO CAMPO DA ECONOMIA

No tocante às políticas de cota, as ações afirmativas buscam reduzir desigualdades geradas pelos processos seletivos que são realizados para ingresso nas instituições de ensino, tendo em vista que estes processos privilegiam determinadas classes socioeconômicas e étnicas e, por si só, não consideram as desigualdades existentes que levantam barreiras inclusive ao acesso à educação (CORDEIRO, 2012).

Contudo, não é suficiente apenas a política afirmativa para ampliar o ingresso nas universidades, especialmente de indivíduos desfavorecidos por questões de renda, desigualdades étnicas e sociais, mas se faz necessário também ações para que estes permaneçam no curso e consigam não apenas ingressar, mas inclusive concluírem sua formação (QUEIROZ *et al.*, 2015; SANTOS *et al.*, 2016).

Nesse sentido, pode-se analisar o desempenho de alunos cotistas e alunos de ampla concorrência, a fim de compreender como é a trajetória destes na vida acadêmica. Nessa direção, Queiroz *et al.* (2015) afirmam que quando comparados os ingressantes por cotas com aqueles em ampla concorrência, não se encontram diferenças estatísticas de desempenho.

O estudo realizado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), desenvolvido por Queiroz *et al.* (2015), nomeado nesta seção por Estudo I, traz quatro tipos diferentes de cotas, com base em renda e em etnias, como pode ser observado no Quadro 1:

Quadro 1 - Modalidades de cotas analisadas no Estudo I

<b>Modalidade de ingresso</b>	<b>Descrição</b>
Modalidade 1	Alunos de escola pública – preto, pardo ou indígena – com renda mensal familiar média menor que 1,5 salário mínimo.
Modalidade 2	Alunos de escola pública – com renda mensal familiar média menor que 1,5 salário mínimo.
Modalidade 3	Alunos de escola pública – preto, pardo ou indígena – independente de renda.
Modalidade 4	Alunos de escola pública – independente de renda

Fonte: Adaptado de Queiroz *et al.* (2015)

Como citado anteriormente, o Estudo I, traz informações de que o desempenho comparativo destes alunos não apresenta diferenças estatísticas significantes. Ou seja, tanto cotistas como ingressantes de ampla concorrência possuem um

Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA) e Média Geral Acumulada (MGA)<sup>4</sup> semelhantes, independentemente de suas rendas ou etnias.

Os autores ainda analisaram diferentes áreas de estudo: Ciências humanas, Letras e Arte; Ciências Biomédicas; e Ciências Exatas e Tecnológicas. Constatando que o desempenho entre os alunos também não modifica quando se compara especificamente alunos de cursos com estrutura curricular semelhante.

Nesse sentido, Queiroz *et al.* (2015) afirmam também que a Lei de Cotas, para o caso analisado, não inferioriza o nível da universidade ou dos cursos. Mas cabe aqui ressaltar, inclusive, que os tipos de ações que são realizadas após o ingresso desses alunos não foram tratados na pesquisa em questão, o que possibilitaria uma visualização de outras ações afirmativas para além das cotas de ingresso, que possibilitam a continuidade e o desempenho desses alunos cotistas.

Ainda em outro estudo, denominado nesta seção de Estudo 2, realizado na universidade Federal da Bahia por Santos *et al.* (2016), as modalidades de cotas existentes se direcionavam apenas para alunos da rede pública, independentemente de sua etnia os alunos de rede privada não possuíam o acesso à entrada por cotas, essa disposição pode ser observada no Quadro 2:

Quadro 2 - Modalidades de cotas analisadas no Estudo 2

<b>Modalidades de Ingresso</b>	<b>Descrição</b>
Modalidade A	Preto ou pardo de escola pública
Modalidade B	Todas as etnias de escola pública
Modalidade C	Índio-descendente de escola pública
Modalidade D	Aldeado ou quilombola de escola pública

Fonte: adaptado de Santos *et al.* (2016)

A partir do Estudo 2, percebe-se que o desempenho dos alunos não cotistas, com base na média dos componentes curriculares e da nota de ingresso do vestibular, costuma ser melhor do que os dos cotistas. Contudo, na área de Artes, para os três anos analisados (2010, 2011 e 2012), os alunos cotistas apresentam um desempenho maior.

Outro ponto colocado nesse estudo, é que certa infraestrutura desses alunos foi analisada, considerando quem possuía computadores e automóveis, como pode ser observado conforme Quadro 3:

<sup>4</sup> Ambos cálculos de rendimento são encontrados no histórico da universidade onde o estudo foi desenvolvido, O CRA considera os componentes matriculados, e as reprovações e aprovações, por nota e por frequência, tanto do período atual como o cumulativo dos períodos anteriores.

Quadro 3 - Infraestrutura dos alunos de escola pública no Estudo 2

Ano de Ingresso	Total de Alunos	Categoria	Escola pública (%)	Idade (média)	Computador pessoal ou familiar (%)	Automóvel para uso pessoal (%)
2010	4007	Não cotistas	57,5	20,9	91,8	25,5
		Cotistas	100,0	22,5	80,5	16,2
2011	4837	Não cotistas	27,8	21,3	93,4	19,0
		Cotistas	99,9	22,7	75,8	10,2
2012	4523	Não cotistas	32,4	20,4	93,0	21,4
		Cotistas	99,9	22,5	81,0	11,4

Fonte: Santos *et al.* (2016)

Segundo o Quadro 3, em 2010, 91,8% dos não cotistas possuíam computador enquanto 80,5% dos cotistas possuíam, em 2011 esses valores eram de 93,4% para os não cotistas e 75,8% para os cotistas, em 2012 de 93% para os não cotistas e 81% para os cotistas. No automóvel percebe-se a mesma tendência, os não cotistas apresentam um percentual maior do que àqueles que são cotistas.

A partir desse exposto, percebe-se que, como esperado, os alunos ingressantes por cota possuem uma qualidade de vida menor que àqueles não cotistas, o que reflete também na infraestrutura que esses dispõem para estudar ou se locomover até a instituição de ensino, cabe colocar também que a renda familiar destes é mais baixa. Contudo, os autores ainda argumentam que essa infraestrutura não representa uma diferença tão significativa.

Ainda que os resultados encontrados no Estudo 2 representem um melhor desempenho por parte dos estudantes não cotistas, Santos *et al.* (2016), afirmam que essas diferenças podem se atenuar ao decorrer dos períodos do curso, o que é também motivado a partir de ações de assistência estudantil e de permanência desses alunos de baixa renda na universidade.

### 3 METODOLOGIA

A atual pesquisa se caracteriza como descritiva, segundo Gil (2002) essas pesquisas buscam descrever um fenômeno ou população, e uma característica pertinente é que é comum a utilização de questionários estruturados ou observação sistemática.

Nesse sentido, a pesquisa realizada não ocorreu de forma direta, mas a partir de dados do Enade, dos anos 2006, 2009, 2012, 2015, 2018, onde os estudantes, mais especificamente do curso de Ciências Econômicas, que realizaram a prova nos

respectivos anos, respondiam uma série de questionamentos, que descreviam seu perfil social, econômico e universitário.

É importante destacar que nos anos de 2006 e 2009 além da participação de alunos concluintes, também participavam da prova do Enade alunos iniciantes, só a partir de 2012 que apenas concluintes realizavam o exame.

A partir dessa base de dados foi realizada uma análise de estatística descritiva, buscando compreender como se caracteriza o perfil socioeconômico dos estudantes, como se deu a entrada/ingresso, as políticas utilizadas para manutenção acadêmica que se relacionam com a etnia/raça desses estudantes e o desempenho no Enade.

O curso escolhido para análise, Ciências Econômicas, corresponde ao curso da autora e, consecutivamente, ao qual será apresentado o trabalho. Também foi realizado um recorte, onde as instituições utilizadas foram apenas as públicas.

Tendo isto, as amostras utilizadas podem ser observadas na Tabela 1 abaixo, se configurando da seguinte forma:

Tabela 1 - Quantitativo amostral de acordo com o ano do Enade

ANO	INDIVÍDUOS
<b>2006</b>	4.148
<b>2009</b>	7.788
<b>2012</b>	3.928
<b>2015</b>	4.159
<b>2018</b>	4.199

Fonte: Elaboração própria a partir do Enade (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)

A partir dessa base de dados foi realizada uma análise exploratória, utilizando-se dos programas Stata e Excel para o tratamento, tabulação e desenvolvimento das análises e gráficos.

Nesse sentido, também cabe trazer que não foram considerados, nos percentuais, os estudantes que não responderam à questão no formulário, nos questionários trazidos como “não informou”, por exemplo. E que para algumas questões analisadas não haviam dados disponíveis no primeiro ano da análise, 2006.

Em algumas análises foi considerado o agrupamento de indivíduos pretos e pardos, tal iniciativa se deu buscando sintetizar os gráficos e valores trazidos, assim como pelas informações se comportarem de modo semelhante para ambas as etnias,

e por outros autores já fazerem esse agrupamento, inclusive alguns sistemas de cotas que consideram os indivíduos como pretos ou pardos, sem distinguir essas raças.

Quanto aos anos analisados, cabe ressaltar que o período em que os estudantes realizaram o Enade, anos dispostos nos gráficos elaborados, correspondem a uma entrada anterior. Conforme Educa (2023), o tempo médio de conclusão do curso de Ciências Econômicas são 4 anos, desse modo o ano correspondente ao Enade seria de uma entrada aproximadamente 4 anos antes, contudo, cabe trazer que essa é uma realidade variável.

Conforme a UFPE (2023a; 2023b), 4 anos (8 semestres) seria o tempo mínimo de conclusão de Ciências Econômicas, sendo o período máximo de 14 semestres (7 anos) no campus de Caruaru e 16 semestres no campus Recife. Contudo, para a conclusão do curso acontecer em 4 anos, em Caruaru, seria necessário que um aluno que optou pelo curso noturno também estudasse algumas cadeiras no período matutino ou vespertino. Nesse contexto, também cabe trazer que a plataforma do estudante (Sig@<sup>5</sup>) apontava que o período médio de conclusão do curso em 2021 era de 5 anos.

Nesse sentido, utilizaremos como base uns 4-5 anos anteriores como ano de ingresso, contudo, não deixando de descartar que esse período também pode ser maior para alguns estudantes.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nas discussões que seguem buscou-se analisar como se configura o perfil dos indivíduos da amostra e as relações entre as variáveis de interesse. As proporções utilizadas dizem respeito ao total de estudantes do curso de Economia em cada ano, e entre as etnias correspondem ao total de estudantes de cada etnia.

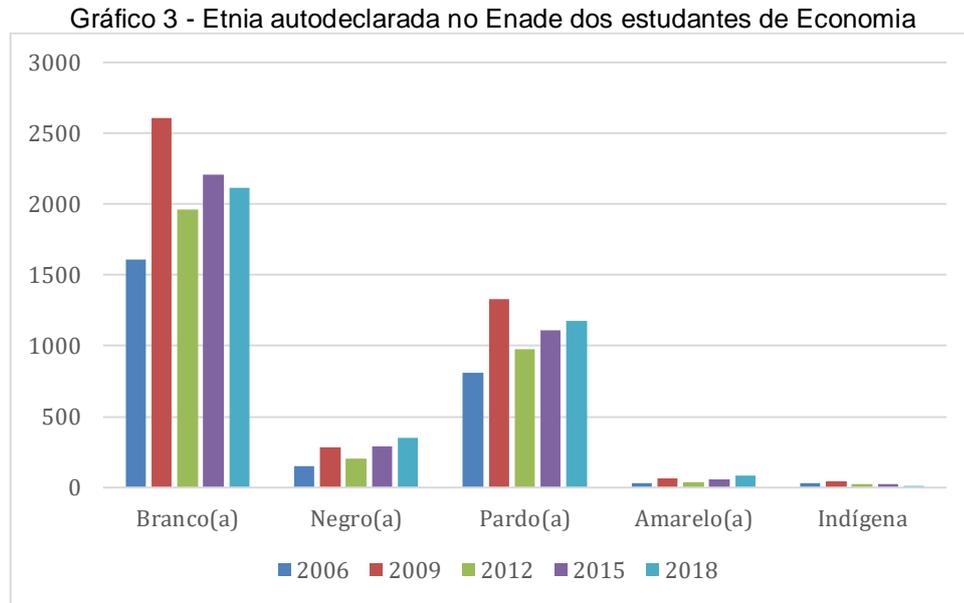
A amostra corresponde a estudantes que estão próximos de finalizarem seu curso, exceto nos anos de 2006 e 2009, onde também participaram ingressantes.

### **4.1 CARACTERÍSTICAS SOCIECONÔMICAS DOS ESTUDANTES AO LONGO DOS ANOS**

---

<sup>5</sup> Informação retirada pela autora no ambiente interno da plataforma Sig@ da universidade como estudante.

Inicialmente, algumas características do perfil socioeconômico dos estudantes do curso de Ciências Econômicas, que fizeram o Enade nos anos de interesse, serão descritas brevemente. Quanto à etnia autodeclarada, pode ser observada no Gráfico 3:



Fonte: Elaboração própria a partir do Enade (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)

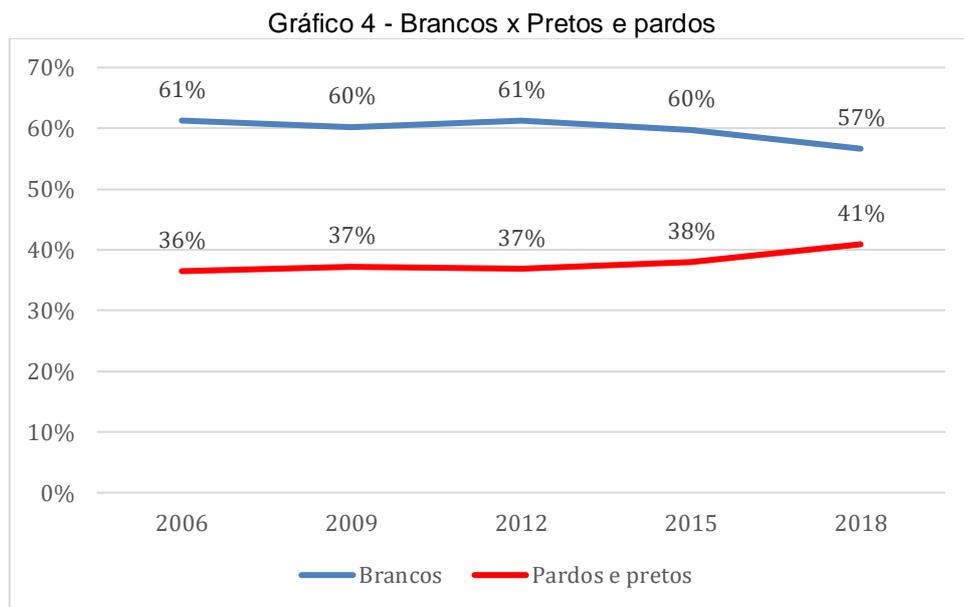
A partir do Gráfico 3 é possível perceber que o perfil racial dos estudantes de Economia não segue a mesma distribuição encontrada na população brasileira na maioria dos anos, em todos os anos, no Gráfico 3, há mais estudantes brancos, seguido de pardos e pretos. Contudo, como já demonstrado no Gráfico 1, a população brasileira, a partir de 2010, é composta por maior parte de pardos e pretos (aqui considerando o agrupamento dessas duas raças).

Diante disso, se tem duas possibilidades, (1) estudantes pretos e pardos não possuem a mesma oportunidade de acesso que os indivíduos brancos, pois se tivessem essa proporção de pretos e pardos deveria ser maior nas instituições de ensino superior, ou (2) estudantes pretos e pardos conseguem ingressar no ensino superior, mas uma parcela desiste antes do período próximo à conclusão, quando se realiza o Enade.

Ainda é possível observar, a partir do Gráfico 3, que de 2015 para 2018, anos em que os estudantes da análise vinham de uma entrada onde a lei de cotas se tornou obrigatória no Brasil, a quantidade de estudantes brancos caiu, enquanto a quantidade de estudantes pretos e pardos se elevou. O que sinaliza uma efetividade na adoção

da Lei de Cotas, trazendo o que alguns autores já argumentaram: maior representatividade de negros na educação, redução das desigualdades étnicas e criação de possibilidade de melhores carreiras profissionais para pretos/pardos.

Considerando os indivíduos autodeclarados brancos e o agrupamento de pretos e pardos, é possível observar como se configura essa população de estudantes ao longo dos últimos anos em que o exame foi realizado.



Fonte: Elaboração própria a partir do Enade (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)

Nesse contexto, o ano que apresenta uma menor disparidade entre o número de estudantes brancos e pardos e pretos nas instituições de ensino é o de 2018 (com uma diferença de 16%), considerando o curso de Economia, o quantitativo de estudantes, ao decorrer dos anos, apresenta uma elevação no número de pretos e pardos com acesso ao ensino superior. Essa distribuição se assemelha um pouco mais com o que acontece na população total do país.

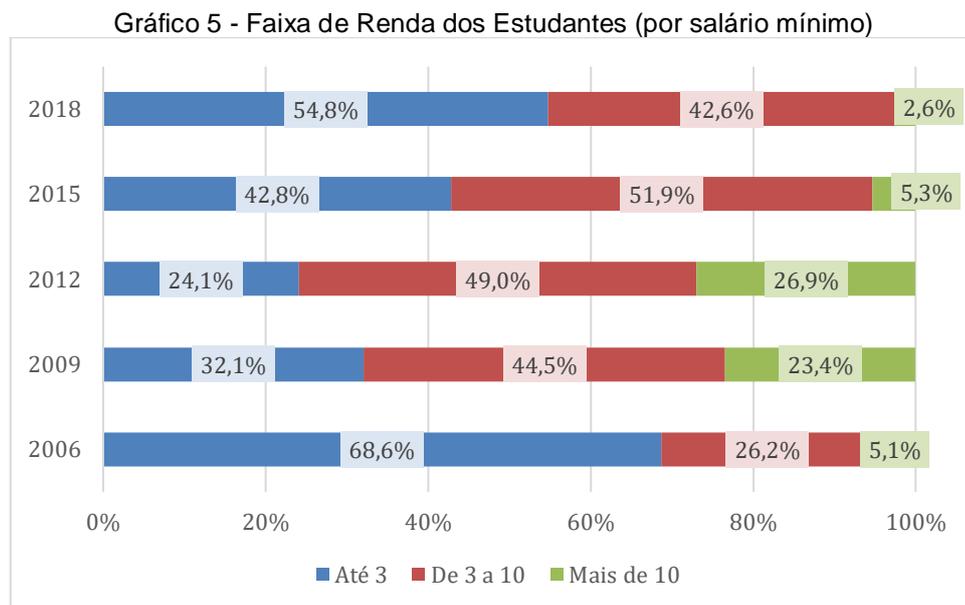
A partir do Gráfico 4, ainda se percebe que entre 2015 e 2018 foi onde ocorreu o maior aumento do ingresso de pretos e pardos nas instituições públicas, correspondendo a uma elevação de 3%, enquanto em anos anteriores observa-se o aumento de 1%. Levando a entender que nesses últimos anos de análise a população preta e pardo conseguiu ter mais acesso ao ensino superior, e que ao decorrer dos anos as políticas de inclusão vêm se tornando mais eficientes.

Cabe também trazer que, ainda há espaço para melhorar o acesso ao ensino superior para os pretos e pardos, conforme analisado frente aos Gráficos 1 e 3, mas

que já se observa um resultado positivo nos últimos anos, conforme Gráfico 4, resultado possivelmente advindo de políticas de ação afirmativa e de inclusão social.

Ainda cabe ressaltar que por esta análise corresponder apenas aos estudantes que estão próximos de concluírem seus cursos, é possível que mais estudantes pretos e pardos tenham ingressado na universidade, mas que não tenham conseguido finalizar seu curso e, com isso, não tenham participado do Enade.

No tocante a renda familiar, tem-se o seguinte:



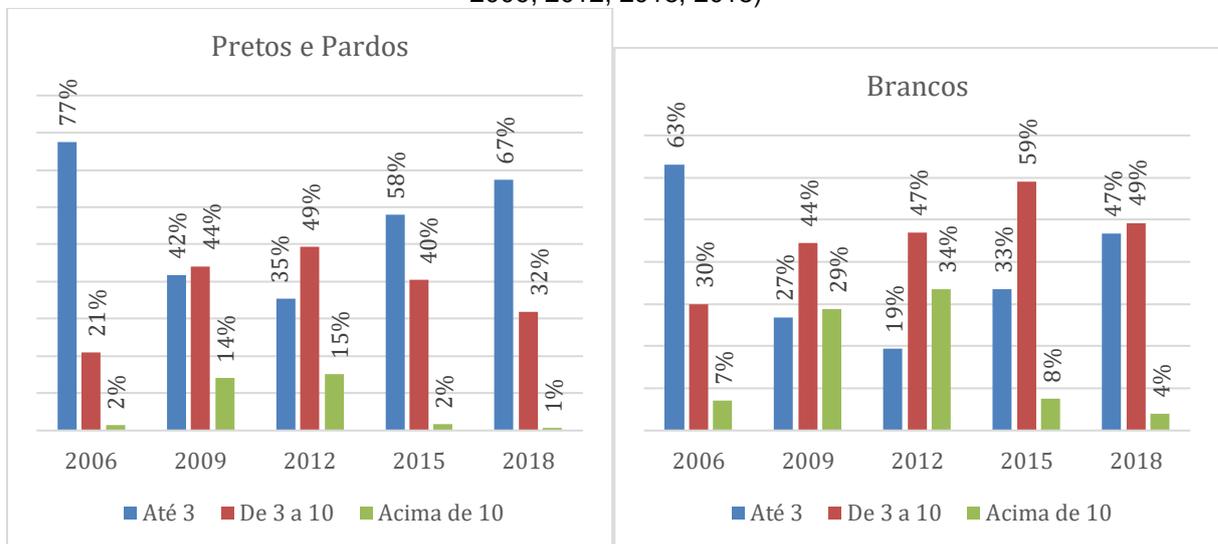
Fonte: Elaboração própria a partir do Enade (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)

A partir do Gráfico 5, é possível visualizar que os anos de 2006 e 2018 são os que apresentam uma maior quantidade de indivíduos com uma renda menor (de até 3 salários mínimos), de 2006 a 2012 essa disparidade de renda vinha diminuindo (observado a faixa de menor renda), contudo, voltou a subir em 2015 e 2018. O que apresenta uma melhoria na representatividade e oportunidades, tendo em vista que conforme Mello (2007) uma condição social melhor dos indivíduos e renda mais elevada influenciam positivamente as chances de ingressar no ensino superior, e as ações afirmativas entram para solucionar essa desigualdade.

Analisando-se o cruzamento desses dados também é possível visualizar uma correlação positiva entre renda e raça em todos os anos da análise, onde estudantes brancos possuem uma faixa de renda mais elevada do que estudantes pretos e pardos, nesse mesmo contexto, constata-se que a única raça que, em alguns anos, apresenta uma faixa de renda menor que os pretos e pardos são os indígenas.

Nesse sentido, também é cabível trazer que é uma questão estrutural do Brasil que essas raças apresentem rendas mais baixas, tanto pela marginalização ao longo dos séculos, como pelas disparidades e dificuldade de auferir mais oportunidades. Essa configuração maior de menores rendas nos últimos anos de análise direciona para a necessidade de políticas públicas de assistência estudantil, que incentivem a permanência de estudantes vulnerabilizados socioeconomicamente, concomitantemente às AAs que possibilitaram o ingresso desses alunos. A distribuição de renda ao decorrer dos anos pode ser observada no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Faixa de renda em salários mínimos de estudantes brancos e pretos e pardos (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)



Fonte: Elaboração própria a partir do Enade (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)

Quando olhamos como a disposição dos dados de renda *versus* raça se comportou ao decorrer dos anos, constata-se que não há uma linearidade, mas sim sequências de quedas e aumentos. Ainda se aponta que os anos 2006 e 2018 também apresentam um percentual maior de pretos e pardos com uma faixa de renda menor (de até 3 salários mínimos), o que nos coloca numa situação de análise de políticas sociais destinadas ao incentivo da continuação desses estudantes em seus cursos, tendo em vista que ainda que suas rendas fossem menores nesses anos, eles continuaram sendo maioria racial próximo à conclusão de seu curso em 2018 (conforme Gráfico 6). O que pode direcionar a análises da efetividade das políticas de assistência estudantil e, ainda, a propagação destas.

Outro ponto importante a ser observado é que os anos em que demonstram maior impacto das ações afirmativas para ingresso universitário, 2015 e 2018, também

se configuram como os anos com maior proporção de estudantes de baixa renda (faixa salarial até 3 salários mínimos), tanto para brancos como para pretos e pardos, com base nos anos anteriores com exceção apenas do ano de 2006 que apresentou valores elevados para baixa renda. O que nos mostra um aumento do acesso à educação superior por parte dos estudantes brancos que possuíam uma renda mais baixa, demonstrando que as cotas não só proporcionaram benefícios direcionados a reparação histórica e racial, mas também reparação social.

No tocante aos estudantes brancos, a partir do Gráfico 6, observa-se uma tendência bem parecida com a dos pretos e pardos nos anos de 2006 e 2018, sendo estes os anos com mais estudantes que apresentam uma faixa de renda menor. Contudo, ainda é possível visualizar uma distribuição de renda menos desigual, onde, nos últimos 4 anos da análise, a faixa de renda de 3 a 10 salários mínimos está acima da faixa de renda de até 3 salários mínimos.

De modo geral, é possível constatar através dos números o que já foi trazido, que estudantes pretos e pardos estão inseridos em um contexto socioeconômico que traz mais dificuldades do que os estudantes brancos. Como já colocado também, a renda pode representar uma barreira ao acesso de infraestrutura adequada para continuar os estudos.

O perfil socioeconômico dos estudantes encontrados, especialmente nos últimos anos de análise (2015 e 2018) corroboram com a literatura acerca do acesso ao ensino superior para os negros no Brasil, onde, ainda que esses representassem uma boa parcela da população, o perfil encontrado entre os estudantes de ensino superior não condizia com a realidade do país e os negros eram marginalizados, o que vem se modificando ao decorrer dos anos, especialmente com a adoção de políticas que reduzem as desigualdades e possibilitam o acesso e a permanência no ensino superior.

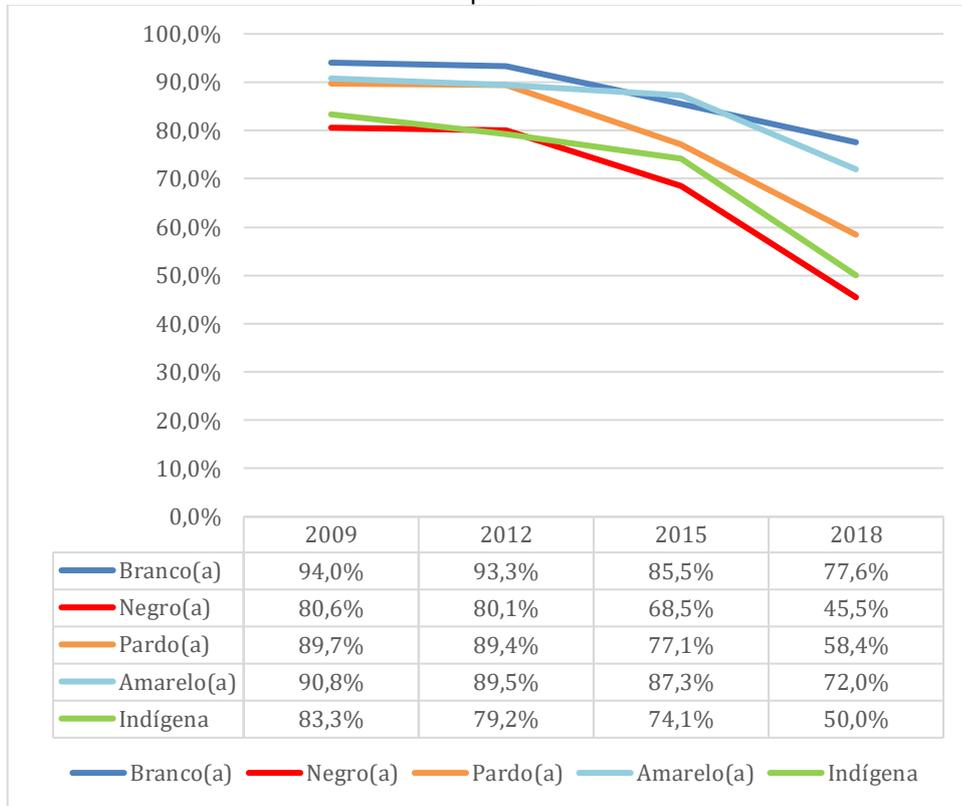
## **4.2 AÇÕES AFIRMATIVAS**

Para os anos considerados na análise desta Seção do presente trabalho, não estavam disponíveis dados (com essas informações) no ano de 2006.

Inicialmente buscou-se compreender como se deu a entrada desses estudantes, se através de ações afirmativas ou não. De modo geral se nota uma tendência positiva ao decorrer dos anos, em 2009 92% dos estudantes não fizeram

uso de ações afirmativas para entrarem no ensino superior, 91% em 2012, 82% em 2015 e 68% em 2018. A distribuição por etnia pode ser observada no Gráfico 7:

Gráfico 7 - Estudantes de Economia que não fizeram uso de entrada por ação afirmativa no ensino superior



Fonte: Elaboração própria a partir do Enade (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)

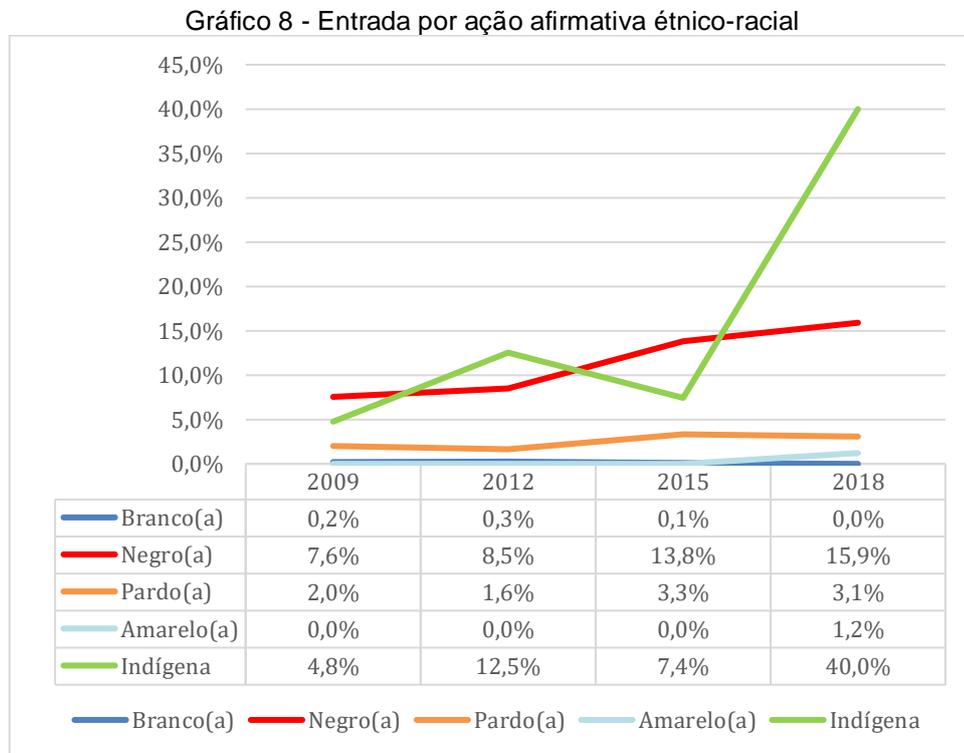
Considerando ainda o ano em que a Lei de Cotas foi sancionada, em 2012, é possível compreender que foi uma política que incentivou a inclusão dos estudantes nas universidades a partir das cotas, tendo em vista que os estudantes que ingressaram após 2012 realizaram seu Enade entre os anos de 2015 e 2018, anos também que apresentam menos estudantes que não fizeram uso da entrada por ação afirmativa.

Também cabe trazer que o fato dos indígenas serem uma população pequena, quando comparada a outras etnias no país, qualquer ajuste de política educacional tem uma mudança significativa entre eles. O que pode ser visualizado com a diminuição de 24% entre os estudantes que não ingressaram por ação afirmativa entre os anos de 2015 e 2018, valor superior ao das outras etnias.

Considerando a análise realizada na seção anterior, com relação às características socioeconômicas dos estudantes, também é possível citar que o

período em que houve essa maior elevação no uso das cotas (de 2015 para 2018), disposto no Gráfico 7, é o mesmo período em que houve uma maior entrada de pretos e pardos nas universidades, disposto no Gráfico 4. Corroborando com a proposta trazida, onde as AAs reduzem a desigualdade socioeconômica e possibilitam acesso à educação superior aos estudantes que vem de uma realidade desfavorecida.

A partir disso, percebe-se que políticas que buscam reduzir desigualdades estruturais, seja por renda, acesso escolar ou etnia, evoluíram ao decorrer do tempo. Ainda é possível analisar o tipo de ação afirmativa utilizada para ingresso. No Gráfico 8 se tem as entradas por ações étnico-raciais.

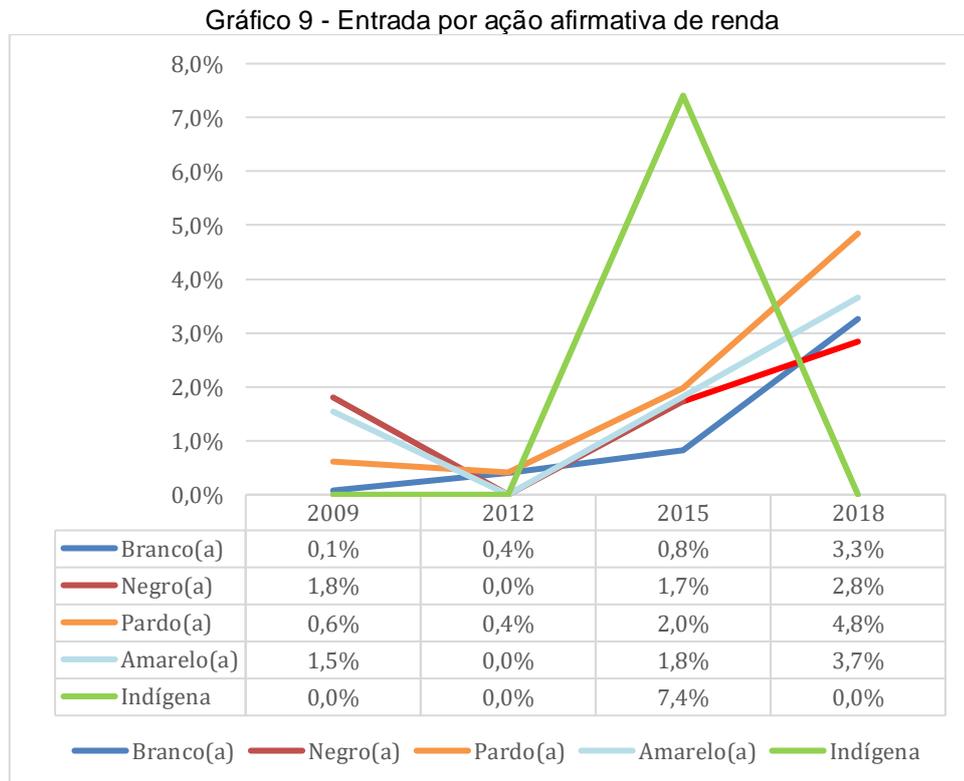


Fonte: Elaboração própria a partir do Enade (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)

Com base no Gráfico 8, é possível visualizar que os estudantes que mais aumentaram o uso de ação afirmativa para ingressar na universidade foram os pretos e indígenas, esses últimos ainda demonstrando uma queda de 2012 para 2015. Nesse sentido, a evolução das ações afirmativas se mostra positivas para pretos e pardos de modo gradativo ao decorrer dos anos de análise. Esse contexto, reafirma a necessidade de políticas que reduzam as desigualdades estruturais no país e, mais especificamente, desigualdades raciais. Cabe ainda trazer que esses valores não

consideram os indivíduos que fizeram uso de combinação de critérios, como, por exemplo, “raça mais renda” ou “raça mais escola pública”.

Ainda é possível citar que observando o contexto geral, sem a classificação racial, se tem a mesma tendência que se encontrou no Gráfico 9; em 2009 1,1% dos estudantes entraram por ação afirmativa, 1,3% em 2012, 2,2% em 2015 e 2,6% em 2018, ou seja, uma evolução dessas políticas. Considerando a entrada por critério de baixa renda, encontra-se o seguinte:



Fonte: Elaboração própria a partir do Enade (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)

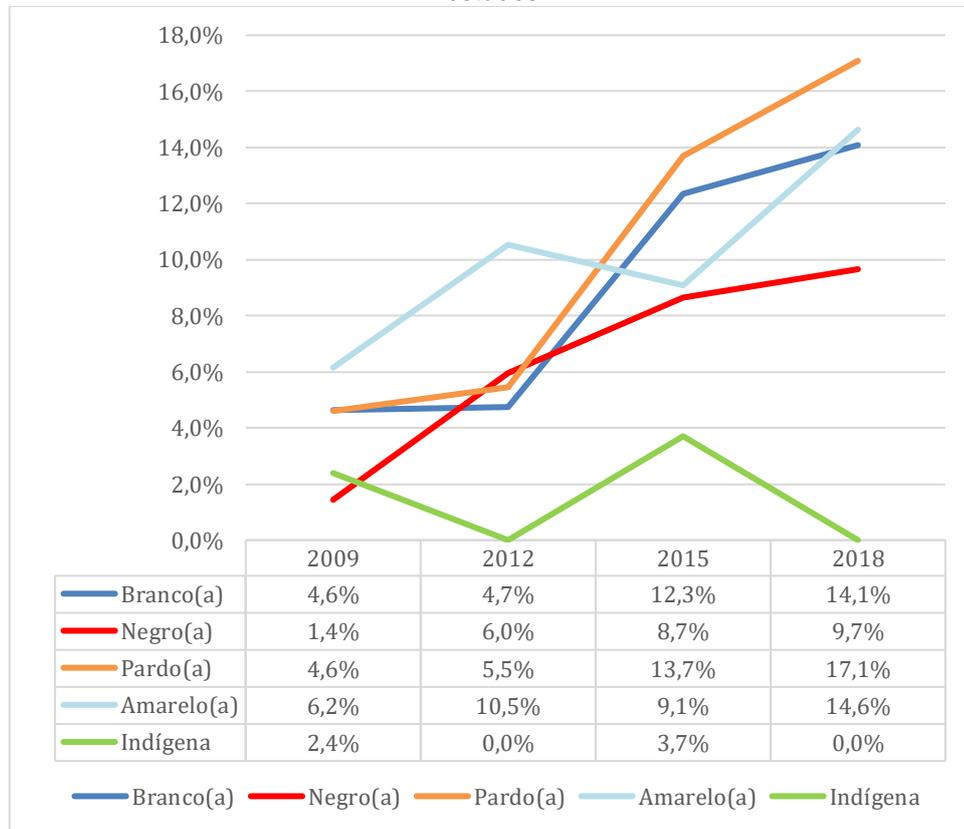
Considerando o Gráfico 9, 2012 se mostrou como o ano que menos foram utilizadas entradas por critério de renda, desconsiderando essa baixa, todas as etnias aumentaram o uso de ação afirmativa por renda ao decorrer dos anos. Cabe ressaltar aqui, mais uma vez, que é possível que alguns estudantes se enquadrem e fizeram uso da entrada por renda, mas se enquadram numa combinação de critérios, como, por exemplo, “renda mais raça” ou “renda mais escola pública”.

Esse quadro dos estudantes com baixa renda, também nos direcionam para a necessidade de políticas que possibilitem assistência social, como bolsas acadêmicas e sociais, tendo em vista que o uso dessa entrada por ação afirmativa, do tipo renda, possivelmente são alunos que terão algumas dificuldades para concluir o ensino

superior, como o acesso ao material acadêmico/didático, além de problemas financeiros que podem vir de seu grupo familiar e comprometer seus estudos.

Nesse cenário, também é importante observar que as maiores porcentagens de indivíduos que utilizaram o critério renda para uso de ação afirmativa, convergem com o que já foi trazido na literatura. Onde os brancos, para a maioria dos anos utilizados, possuem condições financeiras melhores. No tocante às entradas pelo critério de estudo em escola pública ou escola particular com bolsa, observa-se o seguinte:

Gráfico 10 - Entrada por ação afirmativa do tipo estudou em escola pública ou particular com bolsa de estudos

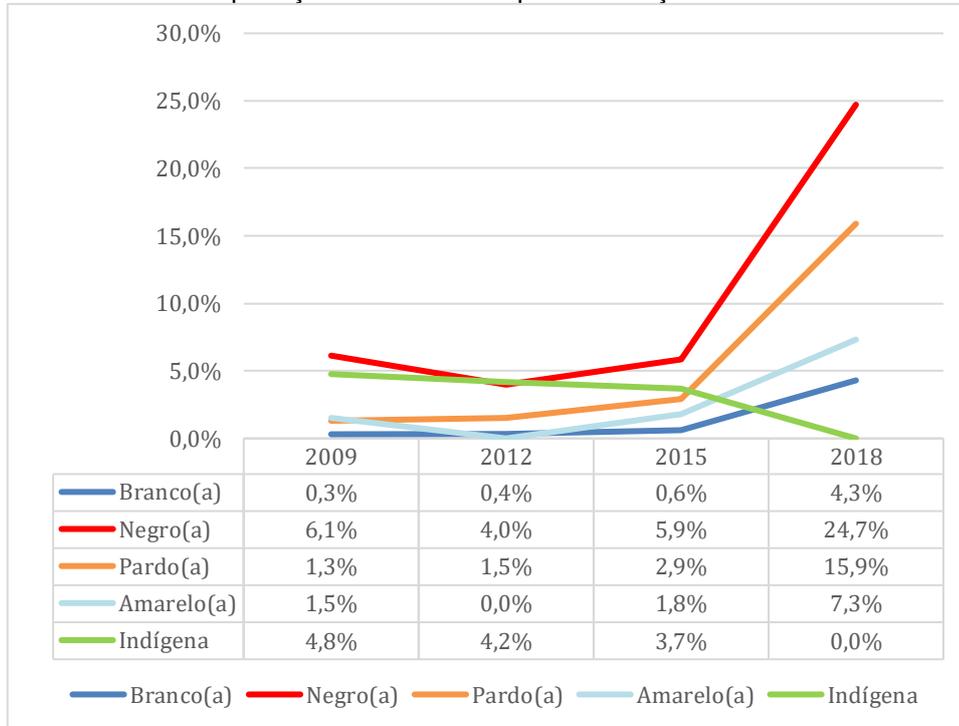


Fonte: Elaboração própria a partir do Enade (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)

De modo geral, a partir do Gráfico 10, observa-se uma tendência crescente no uso da ação afirmativa por estudo em escola pública ou particular com bolsa. A etnia que demonstra uma maior variação, nos anos de análise, são os indígenas, com uma queda em 2012 e 2018; seguidos dos amarelos, que apresentam uma queda em 2015. Os brancos, pretos e pardos apresentam uma evolução gradativa ao decorrer dos anos, onde o comportamento dos estudantes brancos e pardos se assemelham, os pardos ainda apresentando um percentual maior do uso dessa ação afirmativa.

Quanto a combinação de dois ou mais critérios, cenário já comentado anteriormente, tem-se o seguinte.

Gráfico 11 - Entrada por ação afirmativa do tipo combinação de dois ou mais critérios



Fonte: Elaboração própria a partir do Enade (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)

As informações observadas no Gráfico 11, casam com dados já trazidos sobre os perfis socioeconômicos dos pretos e pardos no país, onde essas etnias apresentam maior número de pessoas com baixa renda e, consecutivamente, estudo em escola pública. Assim, apresentando um maior percentual do uso de combinação de critérios. 2012 aqui também se mostra como um ano em que foram menos utilizadas essa opção de entrada.

Nesse contexto, aqui se reafirma a mesma análise já realizada no Gráfico 11, sobre a necessidade de políticas de assistência social e continuidade do estudo para esses estudantes que utilizaram a entrada por cotas. Onde pretos e pardos possuem um perfil socioeconômico que os desfavorecem frente a seus concorrentes, além das dificuldades (estruturais e financeiras) ao decorrer do curso.

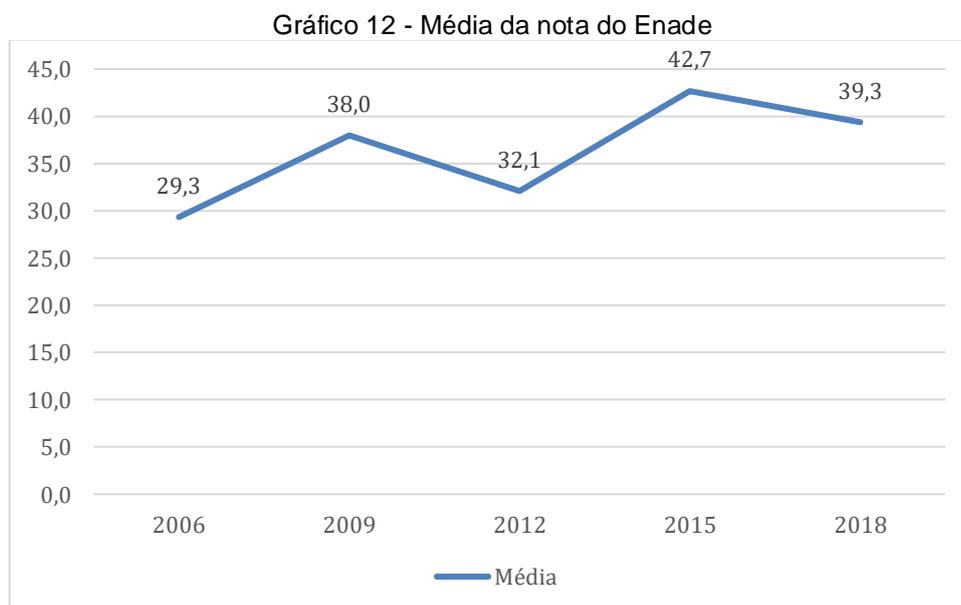
Nesse contexto, também cabe ressaltar que os indígenas, etnia que também demonstrou um perfil socioeconômico desfavorável, fizeram uso de ações afirmativas classificadas como “outro tipo diferente das anteriores”, representando uma variação entre 4% e 10% nos anos analisados. Enquanto as outras etnias apresentaram

valores entre 0% e 3% para essa mesma classificação. Nesse contexto, é possível citar que existem sistemas específicos para indígenas, como já trazido na revisão bibliográfica, especialmente em regiões onde há mais habitantes dessa etnia.

O aumento do uso da entrada por cotas, conjuntamente ao aumento do número de estudantes pretos e pardos no ensino superior, bem como de brancos de rendas inferiores, mostram a importância desse tipo de Ação Afirmativa como uma ferramenta para reduzir as desigualdades socioeconômicas e raciais, que são estruturais no Brasil, possibilitando acesso à educação, oportunidades e melhorias socioeconômicas para esses indivíduos que por muitos anos foram marginalizados.

### 4.3 DESEMPENHO ACADÊMICO E TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES

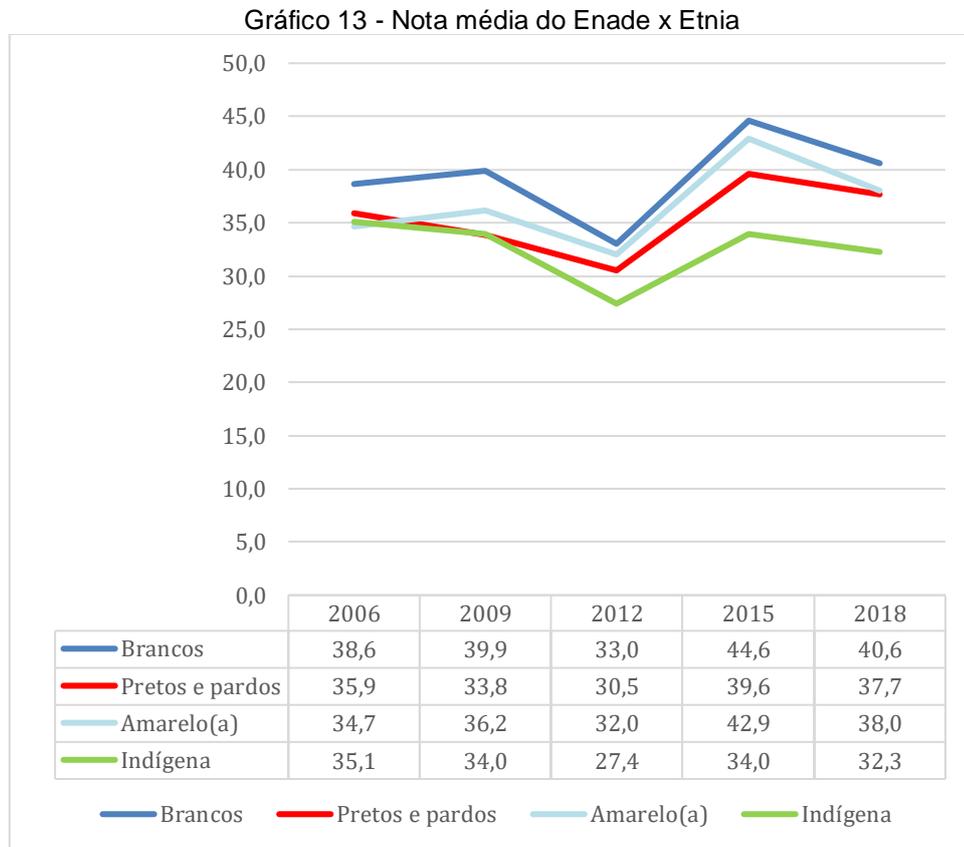
O desempenho acadêmico aqui detalhado corresponde ao apontado nos resultados do Enade. A princípio têm-se as médias das notas obtidas no exame em cada ano.



Fonte: Elaboração própria a partir do Enade (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)

A partir do Gráfico 12 percebe-se que houve uma evolução positiva no desempenho dos estudantes ao decorrer dos anos, ainda que com algumas oscilações. No último ano (2018) o curso obteve a segunda nota mais alta, entre os anos de análise, enquanto em 2015 a maior nota (42,7). Cabe aqui também lembrar que os anos de 2006 e 2009 estudantes entrantes do curso também participaram do Exame, o que poderia explicar essa média mais baixa em 2006.

No tocante as notas conforme a etnia dos estudantes, observa-se o seguinte.



Fonte: Elaboração própria a partir do Enade (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)

A nota média dos estudantes autodeclarados pretos e pardos foi menor do que dos brancos, para todos os anos de análise, como é possível visualizar no Gráfico 13. Ainda comparando as médias sem distinção de raça (Gráfico 12), os brancos apresentaram uma média superior em todos os anos, enquanto os pretos e pardos apresentaram uma média superior a geral apenas no ano de 2006, e inferior nos anos seguintes.

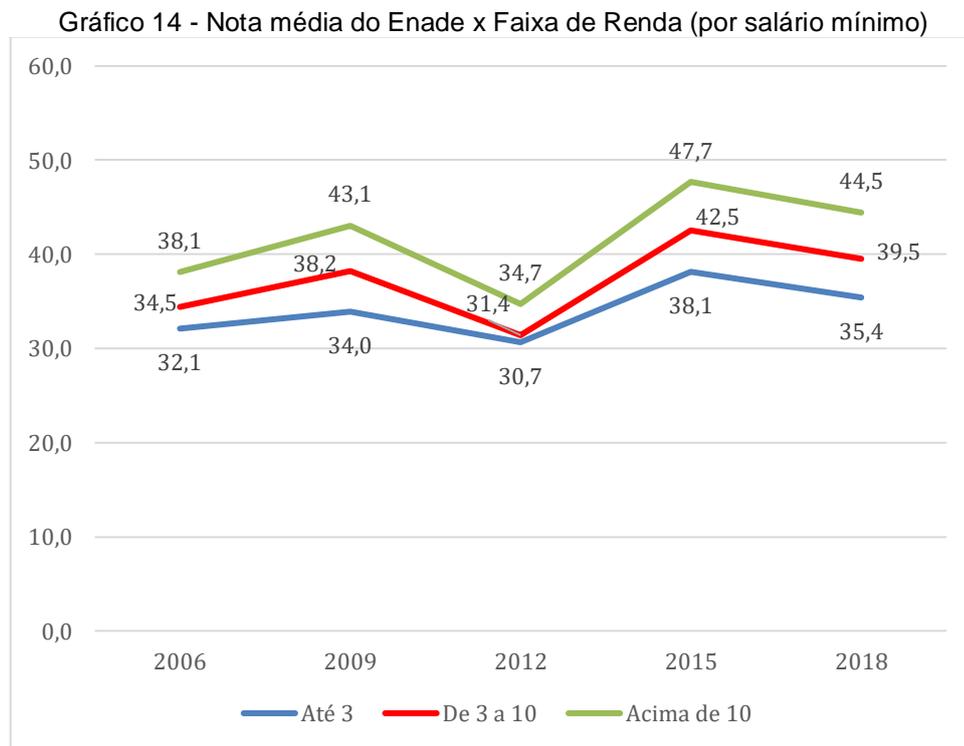
Os indígenas apresentam notas semelhantes ou inferiores aos estudantes pretos e pardos, enquanto os amarelos apresentam notas maiores que os pretos e pardos e inferiores aos estudantes brancos.

No tocante aos anos em que se percebeu um maior aumento do uso de ações afirmativas, de 2015 para 2018, também se nota que as notas médias tiveram uma queda. Se configurando da seguinte forma: brancos 9% da nota caiu, pretos e pardos 4,8%, amarelo 11,4% e indígenas 5%. Assim, percebe-se que, ainda que os pretos e pardos tenham conseguido mais acesso ao ensino superior, eles são a etnia que apresentaram uma menor queda na nota.

Diante disso, é possível inferir que a entrada por ação afirmativa racial não pode ser utilizada como uma justificativa para a redução da qualidade de ensino no curso em análise. Tendo em vista que as etnias que tiveram uma queda maior na média do Enade (brancos e amarelos) são também as etnias que apresentaram um menor aumento no uso das ações afirmativas nesses anos, como pode ser observado a partir do Gráfico 7.

Nesse contexto, também cabe ressaltar que uma nota inferior observada nesses grupos não condiz com uma capacidade de aprendizado inferior aos brancos (que apresentaram as médias mais elevadas), mas possivelmente pode ser justificada pelas barreiras enfrentadas, como já comentado anteriormente acerca da configuração de renda dessas etnias e infraestrutura.

Essa afirmação, do contexto socioeconômico e dificuldades de infraestrutura, pode ser observada quando considerado as notas do Enade pelas faixas de renda, como é possível visualizar no Gráfico 14.



Fonte: Elaboração própria a partir do Enade (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)

A partir do Gráfico 14, observa-se uma tendência em todos os anos, quanto menor a renda do estudante menor é a nota no exame, e quanto maior a renda maior é a nota. Ainda se observa que 2012 apresentou uma baixa na nota, para todas as

faixas de renda, as tendências de queda e crescimento, ao decorrer dos anos, também se comportam de modo semelhante em todas as rendas.

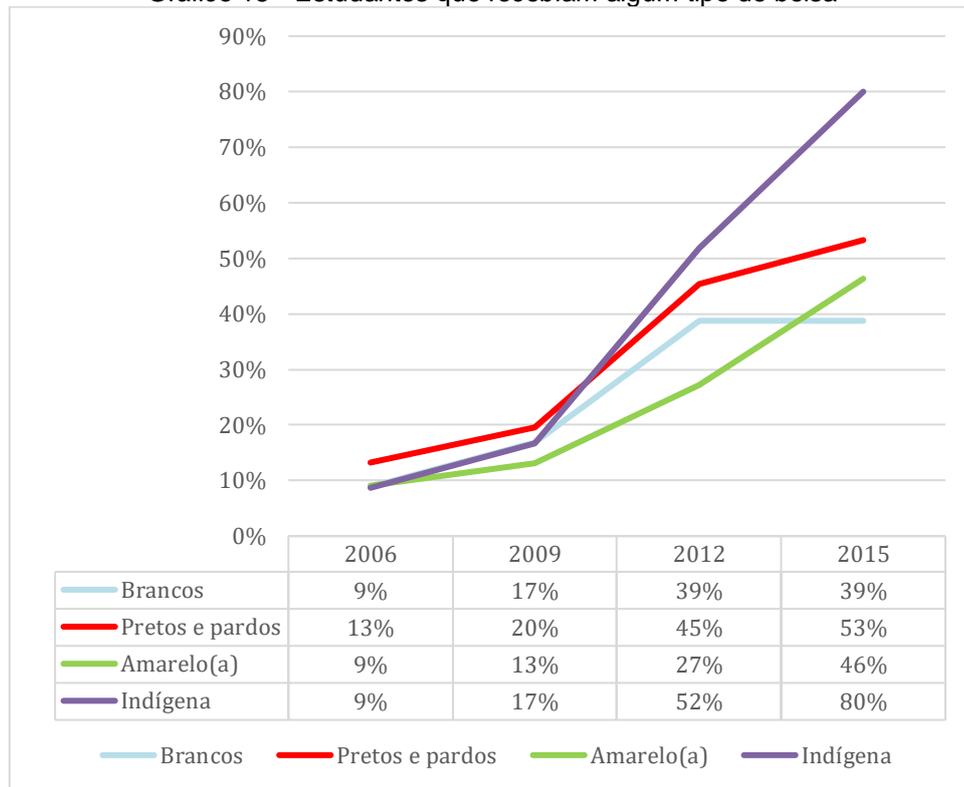
Diante disso, não se pode deixar de considerar que indivíduos com uma menor renda geralmente possuem mais dificuldades para acesso a um ensino básico de qualidade, seja pelas defasagens encontradas nos ensinamentos das escolas públicas, como problemas de superlotação e turmas com alunos em níveis de desempenho acadêmico variados, que levam os educadores a nivelarem a turma num patamar de conhecimento médio. Como também por outras dificuldades financeiras familiares. E tal histórico de ensino pode ainda repercutir no ensino superior desses estudantes.

Nesse sentido, outros fatores também trazidos na revisão bibliográfica, relacionados diretamente com a renda dos indivíduos, são condições de moradia, como: coleta de lixo, abastecimento de água, saneamento básico; e infraestrutura que possibilite/facilite os estudos, como computador e automóvel. Onde, os estudantes com renda inferior possuem condições mais precárias.

Nesse contexto, as cotas por nível de renda se mostram como uma política necessária, contudo, também é possível salientar que ações afirmativas e políticas direcionadas para as classes com renda mais baixas não devem ser oferecidas apenas no ensino superior, mas durante toda a trajetória do indivíduo, possibilitando condições mais igualitárias ao decorrer de sua vida.

Diante disso, ainda é possível observar a assistência estudantil prestada a esses estudantes, mediante a concessão de bolsas permanência e acadêmicas. Dentre essas bolsas estão: auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio permanência, bolsa de iniciação científica, bolsa de extensão, bolsa de monitoria/tutoria, bolsa PET, dentre outras.

Gráfico 15 - Estudantes que recebiam algum tipo de bolsa



Fonte: Elaboração própria a partir do Enade (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)

Com base no Gráfico 15, constata-se que os pretos e pardos receberam maior assistência do que os brancos em todos os anos da análise, o que condiz com a realidade socioeconômica desses grupos. Entre todas as etnias, apenas os indígenas receberam mais bolsas nos anos de 2015 e 2018, correspondendo a 52% e 80%, respectivamente.

Observando a trajetória ao longo dos anos, houve um aumento da assistência estudantil como um todo, sem distinção de etnias. Contudo, esse aumento foi maior para os estudantes pretos e pardos, o que se mostra coerente, tendo em vista que esses estudantes possuem um perfil socioeconômico diferentes de parcela dos estudantes brancos.

Cabe aqui também ressaltar que o aumento dos estudantes pretos e pardos próximos a finalizarem seu curso de ensino superior, que realizaram o Enade e estão presentes em nossa análise, mostra relevância das políticas de AA do tipo cotas para entrada, que aumentaram devido a Lei sancionada em 2012, bem como a relevância das políticas de assistência social, que aumentaram nesses últimos anos (2015 e 2018) e demonstram que são necessárias devido ao perfil socioeconômico encontrado nesses indivíduos nos anos analisados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer da pesquisa observou-se que há uma desigualdade estrutural na sociedade brasileira, especialmente no que se refere às etnias/raças. Nesse contexto, as ações afirmativas surgem como uma política que busca reduzir as desigualdades existentes e proporcionar inclusão social, inclusive no âmbito educacional.

As ações afirmativas do tipo cotas buscam facilitar o acesso ao ensino superior, buscando uma democratização, e no que se refere às raças, uma representatividade que condiga com a realidade do país. Nas análises da pesquisa percebeu-se a importância de políticas direcionadas aos pretos e pardos, tendo em vista que o perfil econômico destes também se mostra como desfavorável.

A baixa renda, assim como a escola pública (e um estudo básico deficitário) podem se mostrar como fatores que prejudicam o desempenho dos estudantes nos exames de ingresso universitário, nesse sentido, as cotas utilizando esses critérios são um meio de democratizar o ensino. A renda também demonstrou uma relação inversa com a nota média do Enade, onde quanto maior a renda do indivíduo maior foi seu desempenho no Exame.

Percebeu-se que os pretos são uma das etnias que mais utilizam a modalidade de ingresso por ação afirmativa, sendo os indígenas os únicos que utilizam mais que eles em algumas opções de entrada, como a “étnica-racial” e em alguns anos a de “renda”. Ainda é possível afirmar que nem todos autodeclarados pretos utilizaram essas políticas para o ingresso universitário.

No tocante a entrada por ação afirmativa do tipo “combinação de dois ou mais critérios” (combinação entre renda, etnia e escola pública ou particular com bolsa), os pretos e pardos ganharam destaque, sendo as etnias que mais fizeram uso. O que corrobora com o perfil socioeconômico desfavorecido desses grupos.

Percebeu-se que ao decorrer dos últimos anos analisados, 2015 e 2018, que sinalizam os estudantes que entraram após a Lei de Cotas ser sancionada em 2012, que os pretos e pardos conseguiram um maior acesso ao ensino superior público. Esses anos também apresentam um maior uso de entradas por cotas por todas as etnias e também um maior percentual de estudantes com renda baixa.

No que se refere à permanência dos estudantes nas universidades, reafirma-se a importância de políticas desse tipo, não apenas pelo perfil socioeconômico encontrado, como também pelo desempenho demonstrado no Enade, onde a renda apresentou uma relação negativa com a nota do Enade, e os pretos, pardos e

indígenas também demonstraram notas menores. Além de que a distribuição de estudantes pretos e pardos nas universidades públicas ainda se mostra inferior à distribuição dessas etnias na população brasileira.

Quanto à distribuição das bolsas acadêmicas, política de incentivo a permanência do estudante, percebe-se que há uma tendência de distribuição maior para discentes de baixa renda, e também pretos, pardos e indígenas, o que se mostra como uma política assertiva, tendo em vista as condições socioeconômicas desses grupos.

Por fim, as cotas se mostraram como uma política de ação afirmativa que diminuiu a desigualdade de acesso, especialmente racial, ao ensino público superior nos cursos de Ciências Econômicas no Brasil.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. Editoria: Estatísticas Sociais. 2017.** Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em: 10 out. 2019.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam no máximo o ensino fundamental completo.** Editoria: Estatísticas Sociais. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-no-maximo-o-ensino-fundamental-completo>. Acesso em: 10 out. 2019.

ANDIFES; FONOPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.** Universidade Federal de Uberlândia. Brasília, 2019.

ANDREWS, George R. **Negros e Brancos em São Paulo.** São Paulo: Edusc, 1998.

ALBUQUERQUE, Rosa Freitas; PEDRON, Cristiane Drebes; QUONIAM, Luc. Instituição de ensino superior: análise das capacidades resilientes diante das políticas de ações afirmativas. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 10, n. 1, p. 47-72, 2019.

BARROS, Betina Warmling. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** 2021.

BRASIL. **Lei nº. 12.711.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Brasília, 29 de ago. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 16/09/2019.

BRASIL. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ações e Programas da Secretaria de Educação Superior (Sesu). **Ministério da Educação**, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/53-quem-e-quem-1534541290/sesu-educacao-superior-1708920893/86001-acoes-e-programas-da-secretaria-de-educacao-superior-sesu>. Acesso em: 24 mar. 2023.

BERGMANN, Barbara. **In defense of affirmative action**. New York: BasicBooks, 1996.

BUSSMANN, Tanise Brandão et al. **Ensaio em economia do trabalho: uma análise das minorias no mercado de trabalho brasileiro**. 2017. 250 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento, PUC-RS. Porto Alegre - RS. 2017.

CARDOSO, Claudete Batista. Efeitos das Políticas de Cotas na Universidade de Brasília: Uma Análise do Rendimento e da Evasão. Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1891/1/2008\\_ClaudeteBatistaCardoso.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1891/1/2008_ClaudeteBatistaCardoso.pdf). Acesso em: 10/09/2021.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. Cotas para negros e indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: processo histórico e político. In: SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **Cotas nas universidades: Análises dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012.

DAFLON, Verônica Toste; JÚNIOR, João Feres; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações Afirmativas Raciais no Ensino Superior Público Brasileiro: Um Panorama Analítico. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43. 2013.

ECLESIASTES. In: Bíblia Sagrada. ARC: Almeida Revista e Corrigida. [online], YourVersion, © 2023. Disponível em: <https://www.bible.com/pt/bible/212/ECC.9.11.ARC>. Acesso em: 28 abr. 2023.

EDUCA + Brasil. **Ciências Econômicas**. [2023]. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/cursos-e-faculdades/ciencias-economicas>. Acesso em: 27 abr. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro a Sociedade de Classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. Ministério da Educação. UNESCO. Brasília, 2007. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes\\_afirm\\_combate\\_racismo\\_americas.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf). Acesso em: 06 mar. 2020.

GOMES, Laurentino. **Escravidão – Volume I**. Do Primeiro Leilão de Cativos em Portugal até a Morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petrolilha Beatriz Gonçalves. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, 2000.

HOFBAUER, Andreas. **Uma História de Branqueamento ou o Negro em Questão**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010: População raça e cor**. 2010. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/GT\\_Igualdade\\_Racial/Outros/Popula%C3%A7%C3%A3o%20Ra%C3%A7aCor\\_Censo2010.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/GT_Igualdade_Racial/Outros/Popula%C3%A7%C3%A3o%20Ra%C3%A7aCor_Censo2010.pdf). Acesso em: 01 mai. 2022.

IANNI, Octavio. **O Negro e o Socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

IANONI, Marcus; GUIMARÃES, Alexandre Queiroz; QUINTAS, Felipe Maruf. A Economia Política nas Ciências Sociais no Brasil: escopo, trajetória e perfil dos artigos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 29, 2021.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IGGE, 2019.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (org.). **Políticas para a retomada do crescimento — reflexões de economistas brasileiros**. Brasília: IPEA: CEPAL, 2002.

JUNIOR, Mendes; FERREIRA, Alvaro Alberto. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 22, p. 31-56, 2014.

MEC – Ministério da Educação. **Ensino superior: Entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html>. Acesso em: 25 abr 2022.

MELLO, Jorge C. R. da Silva. Desigualdades Sociais e Acesso Seletivo ao Ensino Superior no Brasil no Período 1994-2001. **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación – REICE**. Vol. 5, Ed. 2. 2007. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/28154260\\_Desigualdades\\_Sociais\\_e\\_Acesso\\_Seletivo\\_ao\\_Ensino\\_Superior\\_no\\_Brasil\\_no\\_Periodo\\_1994-2001](https://www.researchgate.net/publication/28154260_Desigualdades_Sociais_e_Acesso_Seletivo_ao_Ensino_Superior_no_Brasil_no_Periodo_1994-2001). Acesso em: 18 out. 2019.

MERRIAM-WEBSTER. **America's Online Dictionary**. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/affirmative%20actions>. Acesso em: 21/10/2019.

MONTEIRO, Adriana Vilhena. As Políticas de Ações Afirmativas e Sistema de Cotas no Ensino Superior: Surgimento e Desenvolvimento no Brasil. **Educação e Ensino Superior Online**, v. 1. 2021.

PENA, Sergio D. J.; BARTOLINI, Maria Cátira. “Pode a Genética Definir Quem Deve se Beneficiar das Cotas Universitárias e Demais Ações Afirmativas? ”, in **Revista Estudos Avançados**, volume 18, n 50, IEA-USP, 2004, pp. 31-50.

PETRUCCELLI, José Luís. **A declaração de cor/raça no censo 2000**: um estudo comparativo. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.

REIS, João José. Presença Negra: conflitos e encontros. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. p. 94.

QUEIROZ, Zandra Cristina Lima Silva, *et al.* A lei de cotas na perspectiva do desempenho acadêmico na Universidade Federal de Uberlândia. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** (online), Brasília, v. 96, n. 243, p. 299-320, maio/ago. 2015.

SANTOS, Juliana Lago dos. *et al.* Cotas e desempenho na Universidade Federal da Bahia: uma análise dos ingressantes de 2010 a 2012. **Economia-Ensaios**, Uberlândia, 31 ( 1 ): 255-288, Jul./Dez. 2016 estudo que Andreza enviou

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Ministério da Educação**. UNESCO. Brasília, 2005. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes\\_afirm\\_combate\\_racismo\\_americas.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf). Acesso em: 21/10/2019.

SANTOS, Sales Augusto dos, *et al.* Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 913–929, set. 2008.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista; BORBA, Carolina dos Anjos. Políticas Afirmativas na Pesquisa Educacional. **Educar em Revista**, v. 34, n. 69, p. 151-191, 2018.

SILVA, Leonardo Barbosa e. Racismo Institucional e as Oportunidades Acadêmicas nas IFES. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 3, n. 3, 2017.

SISU. **Relatórios**. Brasil: 2022. Disponível em: <https://sisu.mec.gov.br/#/relatorio#onepage>. Acesso em: 26 out. 2022.

UFPE. Curso de Ciências Econômicas – Bacharelado (CAA). **Universidade Federal de Pernambuco**, © 2023a. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ciencias-economicas-bacharelado-cao>. Acesso em: 27 abr. 2023.

UFPE. Curso de Ciências Econômicas – Bacharelado (CCSA). **Universidade Federal de Pernambuco**, © 2023b. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ciencias-economicas-bacharelado-ccsa>. Acesso em: 27 abr. 2023.

**AÇÕES AFIRMATIVAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO**  
**BRASILEIRO: uma análise do perfil dos concluintes no curso de ciências econômicas**  
**(2006-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel/licenciado em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 10/05/2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Andreza Daniela Pontes Lucas (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Márcio Miceli Maciel de Souza (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Ma. Luciana Araújo Cavalcanti (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco